


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**1ª VARA CRIMINAL**
**RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-648**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**
**SENTENÇA**

Processo Físico nº: **0003684-30.2013.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Apropriação indébita**  
 Autor: **Justiça Pública**  
 Réu: **Renato Aparecido de Moura**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Antonio Benedito Morello**

**VISTOS**

**RENATO APARECIDO DE MOURA** (R. G. 1.042.216), com dados qualificativos nos autos, foi denunciado como incurso nas penas do artigo 168, § 1º, inciso III, do Código Penal, porque no dia 28 de janeiro de 2013, em horário e local incertos, nesta cidade, de forma consciente e voluntária, apropriou-se de coisa alheia móvel consistente em sete pneus e três rodas, avaliadas em R\$ 7.500,00, pertencentes à empresa JB Transportes, coisas essas das quais tinha a posse em razão de seu emprego.

Recebida a denúncia (fls. 56), o réu foi citado (fls. 71) e respondeu a acusação (fls. 87/88). Foram ouvidas duas testemunhas de acusação (fls. 104 e 105) e a vítima (fls. 133). O réu não foi interrogado porque se ausentou do processo (fls. 145). Em alegações finais o dr. Promotor de Justiça opinou pela condenação, nos termos da denúncia (fls. 147/150) e a defesa pugnou pela absolvição alegando estado de necessidade (fls. 153/154).

**É o relatório.**  
**D E C I D O.**

**0003684-30.2013.8.26.0566 - lauda 1**


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**1ª VARA CRIMINAL**
**RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-648**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

O réu era motorista contratado pela empresa JB Transportes, trabalhando com um caminhão da firma no transporte de aves para o abatedouro. Aconteceu que o dono da empresa constatou que ele havia substituído os pneus e algumas rodas do caminhão por outros com mais uso e procurou a Delegacia de Polícia para registrar a ocorrência, quando se descobriu que ele havia deixado alguns dos pneus e rodas em uma borracharia para serem vendidos, ocorrendo a apreensão dos mesmos (fls. 3/6).

Esse é o resumo da prova que se extrai dos depoimentos colhidos da vítima (fls.133) e também do dono da oficina onde os pneus e rodas foram deixados (fls. 104) e do escrivão de polícia (fls. 105).

O réu foi ouvido apenas na Delegacia de Polícia, quando confessou tudo o que fez, justificando que por estar com dificuldade financeira resolveu trocar quatro pneus usados que possuía por aqueles que estavam no caminhão, que era mais novos, indo depois até a oficina de Wagner Soares onde deixou os objetos para serem vendidos (fls. 9/10).

Assim, está cabalmente demonstrado nos autos que o réu, que tinha a posse legítima do caminhão em decorrência do emprego que exercia como motorista, promoveu a retirada dos pneus e roda e os deixou com terceiro para serem vendidos, como se dono fosse de tais objetos, invertendo a natureza da posse. Provado, portanto, o fato descrito na denúncia.

Essa conduta se enquadra perfeitamente no preceito criminal que a ele foi atribuído, porque se apropriou indevidamente de bens que não lhe pertencia, dando a eles outro destino.

O crime se caracterizou justamente no ato da inversão da posse, que se completou.

Não pode ser acolhida a alegação do réu de ter agido por estar precisando de dinheiro, equivalente ao estado de necessidade. Primeiro porque não fez prova da situação alegada. Em segundo lugar, deveria


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**1ª VARA CRIMINAL**
**RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-648**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

buscar nos meios normais e lícitos a solução do seu problema financeiro ao invés de lançar mão do patrimônio alheio.

Assim, não encontra a justificativa apresentada condições de ser aceita a ponto de inocentar o réu pelo delito cometido.

Impõe-se, portanto, a sua condenação, inclusive pela majorante do inciso III do § 1º do artigo 168 do Código Penal, que também está configurada, porquanto o mesmo agiu em razão de emprego.

Pelo exposto e por tudo mais que dos autos consta, **JULGO PROCEDENTE A ACUSAÇÃO** para impor pena ao réu. Observando todos os elementos que formam os artigos 59 e 60, do Código Penal, especialmente que o réu não tem bons antecedentes por registrar três condenações por fatos anteriores (fls. 75/80), uma delas caracterizadora de reincidência (fls. 75/76), estabeleço a pena-base um pouco acima do mínimo, ou seja, em um ano e três meses de reclusão e 12 dias-multa, no valor mínimo. Deixo de impor modificação na segunda fase porque mesmo existindo a agravante da reincidência (fls. 75/76), em favor do réu existe a atenuante da confissão espontânea (fls. 9/10), devendo uma compensar a outra, apesar da preponderância da primeira. Por último, acrescento um terço em razão do disposto no § 1º do artigo 168 do Código Penal, o que totaliza um ano e oito meses de reclusão e 16 dias-multa, no valor mínimo.

Diante da reincidência e dos maus antecedentes, deixo de aplicar pena substitutiva, porque ausentes os requisitos do artigo 44 do Código Penal. Além disso, o réu já foi beneficiado com este benefício e não soube aproveitar a oportunidade, voltando a delinquir, revelando com isso que a aplicação novamente da medida não é socialmente recomendável e tampouco suficiente para corrigi-lo.

Condeno, pois, **RENATO APARECIDO DE MOURA à pena de 1 (um) ano e oito (8) meses de reclusão e 16 dias-multa, no valor mínimo**, por ter transgredido o artigo 168, § 1º, inciso III, do Código penal.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CRIMINAL****RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-648****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Em razão da reincidência (75/76) e dos maus antecedentes (fls. 77/80), deverá iniciar o cumprimento da pena no **regime semiaberto**, que reputo suficiente para o caso.

Fica dispensado do pagamento da taxa judiciária correspondente por ser beneficiário da assistência judiciária gratuita.

Oportunamente, após o trânsito em julgado, expeça-se mandado de prisão.

P. R. I. C.

São Carlos, 17 de novembro de 2015.

**ANTONIO BENEDITO MORELLO**  
**JUIZ DE DIREITO**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**